



## **CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA**

### **EDITAL N.º 115/2017**

**MANUEL AUGUSTO SOARES MACHADO, Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, torna público, ao abrigo do artigo 56.º e nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 34.º, no artigo 35.º e no artigo 36.º, todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, que procedeu à distribuição de funções e à delegação e subdelegação de competências nos Vereadores da Câmara Municipal de Coimbra através do seu Despacho n.º 52/Pr/2017, de 13 de novembro, com o seguinte teor:**

#### **“Considerando:**

Que a Constituição da República Portuguesa determina que a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais como pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, com autonomia legalmente instituída e tutela definida;

Que a Lei estabelece como princípios gerais das atribuições das autarquias locais a promoção, pelos seus órgãos, de políticas públicas visando a prossecução dos interesses próprios das populações respetivas, designadamente, nos seguintes domínios: Equipamento rural e urbano; Energia; Transportes e comunicações; Educação, ensino e formação profissional; Património, cultura e ciência; Tempos livres e desporto; Saúde; Ação social; Habitação; Proteção civil; Ambiente e saneamento básico; Defesa do consumidor; Promoção do desenvolvimento; Ordenamento do território e urbanismo; Polícia municipal; e Cooperação externa;

Que a prossecução das atribuições e o exercício das competências autárquicas devem respeitar os princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e a intangibilidade das atribuições do Estado.

A necessidade de conferir maior eficácia à gestão da atividade municipal e celeridade na tomada de decisões;

O Despacho n.º 47/Pr/2017 que procede à designação do Vice-Presidente da Câmara;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA**

O Despacho n.º 51/Pr/2017 que designa e nomeia os Vereadores a tempo inteiro e dedicação exclusiva para coadjuvar o Presidente da Câmara no exercício das suas funções ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

As competências próprias, designadamente as previstas no artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e as que me foram delegadas pela Câmara Municipal através da deliberação n.º 7/2017, de 31 de outubro de 2017, tomada ao abrigo do artigo 34.º do mesmo diploma legal e publicitada pelo Edital n.º 111/2017;

### **I – Repartição de funções pelos Vereadores em regime de permanência:**

#### **Vereador Carlos Manuel Dias Cidade**

- Gestão Urbanística e Fiscalização;
- Ambiente, Espaços Verdes e Jardins;
- Desporto;
- Mercados Municipais;

#### **Vereadora Regina Helena Lopes Dias Bento**

- Administração Geral;
- Recursos Humanos;
- Relação com o Município;
- Modernização Administrativa, Qualidade e Auditoria Interna;
- Saúde;
- Orçamento Participativo;
- Apoio Jurídico, Contraordenações e Execuções Fiscais;
- Contabilidade e Finanças;
- Património e Aprovisionamento;
- Sistemas de Informação;
- Cadastro municipal, Solos e Informação Geográfica;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA**

### **Vereador Jorge Manuel Maranhas Alves**

- Educação;
- Ação Social;
- Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ);
- Julgados de Paz;
- Polícia Municipal;
- Bombeiros;
- Conselho Municipal de Segurança e Proteção Civil;

### **Vereadora Carina Gisela Sousa Gomes**

- Cultura;
- Turismo;
- Juventude;
- Espaços Culturais Municipais;
- Bibliotecas, Arquivos e Museus;

### **Vereador Francisco José Pina Queirós**

- Habitação social;
- Desenvolvimento Social;
- Gestão do Parque Habitacional Municipal;
- Promoção da Habitabilidade;
- Serviço Médico Veterinário;

## **II – Delegação e subdelegação de competências:**

1. Delego e subdelego, indistintamente, nos Vereadores identificados em I, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 36.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do artigo 47.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), bem como na legislação complementar, posturas e regulamentos municipais, as minhas competências próprias e as delegadas pela



## **CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA**

**Câmara Municipal, com possibilidade de subdelegação e no âmbito das funções atribuídas, nos seguintes termos:**

- a)** Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da Assembleia e da Câmara Municipal inerentes às funções atribuídas;
- b)** Decidir, sem prejuízo das competências específicas dos dirigentes municipais, assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos aos respetivos serviços municipais, designadamente: injustificar faltas, autorizar deslocações em serviço dentro do país; ordenar, mediante verificação das condições legalmente estabelecidas, o processamento das ajudas de custo, bem como as despesas de deslocação e subsídio de viagem e de marcha; autorizar a realização de trabalho extraordinário e prestado em dias de descanso semanal e de descanso semanal complementar, dentro dos limites legalmente previstos; emitir parecer sobre os pedidos de mobilidade de recursos humanos; homologar a avaliação de desempenho dos trabalhadores afetos às unidades orgânicas que superintendem e nos casos em que não tenham sido os notadores;
- c)** Executar as opções do plano e o orçamento aprovados;
- d)** Assinar ou visar a correspondência da Câmara Municipal com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos no âmbito das respetivas áreas funcionais, exceto a que for dirigida à Presidência da República, à Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, aos ministros e ao Tribunal de Contas;
- e)** Praticar os actos necessários à administração corrente e conservação do património municipal afeto às respetivas áreas funcionais;
- f)** Autorizar o pagamento das despesas realizadas, nas condições legais e no âmbito das funções atribuídas no presente Despacho, até aos limites da competência delegada para autorização de despesas;
- g)** Supervisionar a instrução dos procedimentos administrativos das respetivas Unidades Orgânicas;
- h)** Conceder licenças policiais ou fiscais nos termos da lei, regulamentos ou posturas municipais, no âmbito das funções atribuídas, bem como outorgar os respetivos títulos ou alvarás;
- i)** Autorizar, condicionado ao pagamento das taxas regulamentarmente devidas, a passagem de certidões, reproduções ou declarações autenticadas de documentos constantes de processos que tramitem nas respetivas unidades orgânicas e que careçam de despacho ou deliberação;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA**

- j) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, sob domínios da sua responsabilidade;
- k) Assegurar a integração da perspetiva do género em todos os domínios de ação nas funções que lhe são atribuídas;
- l) Emitir parecer sobre pedidos de utilização do domínio público municipal no âmbito das funções atribuídas;
- m) Propor a constituição de parcerias visando o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do Município;
- n) Supervisionar a cooperação com o Estado, no âmbito das funções atribuídas;
- o) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal, no âmbito das funções atribuídas;
- p) Participar na prestação de serviços nas condições constantes de regulamento municipal e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central, cooperativas e instituições particulares de solidariedade social;
- q) Modificar ou revogar atos praticados por trabalhadores afetos às Unidades Orgânicas sob sua responsabilidade;

**III – Para além das atribuições mencionadas no ponto II são ainda delegadas e subdelegadas, com possibilidade de subdelegação, as seguintes competências específicas e respetivas Unidades Orgânicas em razão da natureza das funções atribuídas:**

### **Vereador Carlos Manuel Dias Cidade**

#### **1. Em matéria de gestão urbanística de obras particulares e respetiva fiscalização:**

- a) Exercer as competências que nos termos do regime jurídico da urbanização e da edificação (RJUE) - estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, e da deliberação n.º 7/2017 acima referida, tenham sido delegadas pela Câmara no seu Presidente ou que o referido regime jurídico cometa ao Presidente da Câmara, designadamente:
  - Conceder as licenças previstas no n.º 2 do artigo 4.º do RJUE, à exceção das operações de loteamento e das obras de urbanização;



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Conceder autorizações de utilização das edificações ou suas frações bem como a alteração da utilização das mesmas;
- Aprovar as informações prévias à exceção das que se discriminam no ponto 4.4 da deliberação camarária n.º 7/2017, de 31 de outubro;
- Autorizar a emissão de certidões comprovativas da verificação dos requisitos do destaque;
- Dirigir a instrução dos procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas;
- Decidir as questões de ordem formal e processual que possam obstar ao conhecimento de qualquer pedido ou comunicação;
- Proferir despacho de aperfeiçoamento do pedido, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 11.º do RJUE;
- Extinguir o procedimento, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 11.º do RJUE;
- Rejeitar liminarmente os pedidos contrários às normas legais ou regulamentares aplicáveis;
- Autorizar a emissão da declaração a que se refere o n.º 4 do artigo 17.º do RJUE;
- Decidir a aprovação de projetos de arquitetura, à exceção dos que se discriminam no ponto 4.5 da deliberação camarária n.º 7/2017, de 31 de outubro;
- Aprovar as licenças parciais para a construção da estrutura, nos termos do n.º 6, do artigo 23.º do RJUE;
- Autorizar a emissão das certidões previstas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 49.º do RJUE;
- Aprovar a prorrogação do prazo de execução das obras de urbanização e de edificação, nos termos dos artigos 53.º e 58.º do RJUE;
- Decidir sobre a execução faseada das obras de edificação;
- Determinar a realização das vistorias a que se refere o n.º 2 do artigo 64.º do RJUE;
- Designar, sob proposta dos serviços, os membros da comissão de vistoria, composta, no mínimo, por três técnicos, prevista no artigo 65.º, n.º 2 do RJUE, que deverá ser realizada no prazo de 15 dias a contar da decisão;
- Autorizar a emissão dos certificados para a constituição de edifícios em propriedade horizontal;



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Declarar as caducidades previstas no RJUE, designadamente nos artigos 71.º e no n.º 6 do artigo 20.º, com exceção das relativas aos loteamentos;
- Promover nos termos legais e mediante informação dos serviços técnicos competentes, as revogações previstas no n.º 2 do artigo 73.º do RJUE;
- Conceder alvarás de licença de construção e de autorização de utilização;
- Autorizar a prorrogação do prazo para os interessados requerem a emissão de alvarás;
- Autorizar e homologar os averbamentos previstos no RJUE;
- Determinar a cassação dos alvarás ou os títulos das comunicações prévias e proceder às respetivas comunicações às conservatórias de registo predial;
- Autorizar a execução de trabalhos de demolição ou de escavação e contenção periférica, nos termos estabelecidos no n.º 1 do artigo 81.º do RJUE;
- Promover a execução das obras pela câmara municipal previstas no artigo 84.º, acionar as cauções referidas nos artigos 25.º e 54.º e exercer as demais competências estabelecidas no artigo 84.º, todos do RJUE;
- Autorizar a emissão oficiosa do alvará de execução das obras de urbanização por terceiro a que se refere o n.º 9 do artigo 85.º e proceder às comunicações respetivas;
- Decidir sobre a receção provisória e definitiva das obras de urbanização, mediante auto de vistoria por comissão técnica municipal competente e decidir sobre a libertação das respetivas cauções, nos termos e nos prazos legais (22 dias);
- Conceder licenças especiais para conclusão de obras inacabadas;
- Determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético de edificações, salvo quando estas tenham uso habitacional e nomear, os técnicos para efeitos da respectiva vistoria prévia;
- Supervisionar o exercício dos poderes de fiscalização previstos no RJUE;
- Propor o dia para que os serviços municipais procedam ao atendimento, nos termos e para efeitos do n.º 5 do artigo 110.º do RJUE;
- Proceder à liquidação das taxas devidas e autorizar o seu pagamento fracionado, nos termos do disposto no artigo 117.º do RJUE e em regulamento municipal;





## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Ordenar a execução de obras de reparação e fixar as condições gerais e especiais de salubridade, segurança e estética das edificações previstas no Regulamento Geral das Edificações Urbanas;

***Excluem-se da presente delegação e subdelegação em matéria de gestão urbanística, as seguintes competências:***

- Ordenar a demolição total ou parcial de obras e a reposição de terrenos nas condições em que se encontravam antes do início das obras ou trabalhos e a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde e para a segurança das pessoas;
  - Determinar a tomada de posse administrativa dos imóveis com vista à execução coerciva de medidas de tutela da legalidade urbanística ou para efeitos de obras coercivas;
  - Determinar a cessação de utilização de edifícios ou suas frações;
  - Ordenar o despejo administrativo dos prédios ou de parte dos prédios, sempre que tal se mostre necessário à execução das obras de conservação ou de demolição referidas nos pontos anteriores;
- b) Atribuir a numeração de polícia dos imóveis;
- c) Autorizar a emissão dos atos permissivos de ocupação da via pública, designadamente instalação de andaimes e estaleiros, quando conexos com a realização de operações urbanísticas e não impeçam a livre e normal circulação;
- d) Exercer as competências previstas no regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos (Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março), exceto ordenar a demolição total ou parcial de obras e a competência em matéria contraordenacional;
- e) Exercer as competências estabelecidas no Decreto-Lei n.º 11/2003, de 18 de Janeiro, que regula a autorização municipal inerente à instalação e funcionamento de infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respetivos acessórios, excetuando a instauração dos processos de contraordenação, designação do instrutor e aplicação de sanções;
- f) Exercer as competências, no âmbito dos processos de autorização, previstos na alínea c) do artigo 5.º e no artigo 6.º do regime de acesso e de exercício de atividades de comércio, serviços e restauração, Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro;





## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- g) Exercer as competências previstas no regime jurídico da instalação, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos de apoio social geridos por entidades privadas, Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março;
- h) Exercer as competências estabelecidas no Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, que estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de abastecimento de combustíveis;
- i) Exercer as competências previstas no Decreto-Lei n.º 260/2002, de 23 de novembro, que regula o licenciamento das áreas de serviço;
- j) Em matéria de acessibilidades, exercer as competências previstas no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime das condições de acessibilidade a satisfazer no projeto e na construção de espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos e habitacionais, excetuando a instauração dos processos de contraordenação, designação do instrutor e aplicação de sanções;
- k) Exercer as competências conferidas ao Presidente da Câmara pelo artigo 13.º, n.º 7, do Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, que aprova o sistema da indústria responsável, excetuando a instauração dos processos de contraordenação, designação do instrutor e aplicação de sanções;
- l) Designar, sob proposta dos serviços, os técnicos para vistoria, nos termos estabelecidos no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, que fixa o regime de determinação do nível de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas e aprovar, mediante relatório de vistoria prévia, o nível de conservação de prédios urbanos, edifícios ou frações autónomas, nos termos estabelecidos no referido diploma legal;
- m) Exercer as competências conferidas pelos artigos 17.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro, que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios;
- n) Licenciatar a publicidade e praticar os atos conexos com o licenciamento, cujo procedimento tramite nas unidades orgânicas que superintende;
- o) Designar, sob proposta dos serviços, dois técnicos devidamente habilitados para comporem a comissão necessária à realização de vistoria, nos termos do artigo 11.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, regime jurídico dos recintos de diversão e recintos desportivos;



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- p) Admitir ou rejeitar as comunicações prévias de operações urbanísticas compreendidas nas ações de reabilitação de edifícios ou frações localizados em área de reabilitação urbana;
  - q) Planear e promover as ações que visem a conservação, manutenção e valorização do património edificado;
- 2. Em matéria ambiental, espaços verdes e jardins:**
- a) Exercer as competências decorrentes do *Regulamento de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Públicas do Município de Coimbra*, exceto em matéria contraordenacional;
  - b) Supervisionar a gestão dos espaços verdes e parques municipais;
  - c) Propor a concessão de terrenos, nos cemitérios propriedade do Município, para jazigos, mausoléus e sepulturas perpétuas e exercer as demais competências cometidas ao Presidente da Câmara no *Regulamento do Cemitério Municipal da Conchada*, exceto determinar a instauração de processos de contraordenação, designar o instrutor e aplicar sanções;
  - d) Propor a declaração de prescritos a favor do Município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas em cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;
- 3. Em matéria de promoção do desporto:**
- a) Promover a política municipal de desenvolvimento desportivo, em conformidade com as Opções do Plano;
  - b) Promover a política municipal de promoção de Coimbra e sua região e implementar atividades de natureza desportiva;
  - c) Acompanhar a execução do *Regulamento Municipal de Apoio ao Desporto* e fiscalizar a sua aplicação;
  - d) Supervisionar a gestão dos espaços e dos equipamentos desportivos municipais;
  - e) Promover a celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo e supervisionar a sua execução;
- 4. No que respeita aos mercados municipais e feiras:**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA**

- a) Supervisionar a gestão dos mercados municipais e feiras, designadamente o Mercado Municipal D. Pedro V, e supervisionar a aplicação dos respetivos Regulamentos Municipais;
- 5. Autorizar a realização de despesas que respeitem às áreas funcionais atribuídas, mediante verificação dos procedimentos de contratação pública, do cabimento orçamental e averiguação prévia de fundos disponíveis, até ao limite de 5.000 euros, com as restrições previstas na Norma de Controlo Interno, bem como exercer, no âmbito dos referidos procedimentos, as competências conferidas pelo Código dos Contratos Públicos ao órgão competente para a decisão de contratar, à entidade adjudicante e ao contraente público, incluindo a aprovação dos projetos e das peças dos procedimentos de formação dos contratos, a adjudicação, a aprovação das minutas de contratos e a outorga dos mesmos, a decisão das impugnações administrativas, bem como demais competências inerentes à fase de formação e à fase de execução dos contratos.**

### **Vereadora Regina Helena Lopes Dias Bento**

#### **1. Em matéria de recursos humanos:**

- a) Definir e executar políticas de recursos humanos em estreita articulação com o Presidente da Câmara;
- b) Decidir e praticar atos em processos de recrutamento e seleção de pessoal, designadamente: publicações, designação da constituição de júri e utilização faseada dos métodos de seleção. Excecionam-se do âmbito da delegação, as competências referentes à autorização de abertura de procedimentos concursais e recrutamentos, à homologação da lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados e à homologação da avaliação final do período experimental. Ficam igualmente excecionadas do âmbito da presente delegação e subdelegação, as competências referentes à decisão de contratar e de adjudicação de prestações de serviço em regime de contrato de avença ou tarefa, ou suas renovações; à requalificação de trabalhadores; às mobilidades entre órgãos ou serviços; à consolidação da mobilidade na categoria ou intercarreiras ou categorias; às rescisões; às cedências de interesse público; às cessações da relação jurídica de emprego público, salvo as que decorrerem de reforma ou de aposentação;
- c) Definir políticas de intervenção nas áreas da segurança e saúde no trabalho;
- d) Definir políticas de formação profissional;



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- e) Aprovar os mapas de férias;
  - f) Autorizar o processamento e autorizar pagamentos de remunerações, suplementos e outros encargos com pessoal e de despesas inerentes aos contratos de prestação de serviços com pessoas singulares;
  - g) Decidir em matérias do estatuto do trabalhador estudante;
  - h) Decidir, mediante proposta da Divisão de Recursos Humanos, em matéria de acumulação de funções, licenças sem remuneração, autorização de regresso das licenças sem remuneração, frequência de ações de formação, duração e horários de trabalho;
  - i) Autorizar candidaturas a estágios de emprego, contratos de emprego inserção e estágios profissionais, curriculares e programas ocupacionais;
  - j) Decidir a submissão a junta médica independentemente das ocorrências de faltas por doença e proceder à requisição de verificação domiciliária da doença pela ADSE ou pelas autoridades de saúde;
  - k) Praticar todos os atos relativos à aposentação e reforma dos trabalhadores;
  - l) Praticar todos os atos em matéria de acidentes de trabalho e doenças profissionais;
  - m) Praticar todos os atos respeitantes ao regime da segurança social;
  - n) Promover e coordenar a aplicação do sistema integrado de avaliação de desempenho na administração pública (SIADAP) no âmbito dos serviços do Município;
  - o) Exercer as demais competências inerentes à qualidade de empregador público e praticar os atos administrativos cometidos ao dirigente máximo do serviço na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, com ressalva das excecionadas na alínea b);
- 2. Em matéria de relação com o munícipe e sistemas de informação:**
- a) Promover e executar ações que garantam a eficácia na gestão da informação do Município, designadamente a implementação da desmaterialização documental;
  - b) Estabelecer medidas de racionalização e modernização do funcionamento dos serviços municipais, no âmbito das funções atribuídas;
  - c) Decidir, de forma centralizada, os requisitos dos sistemas de informação a utilizar pelo Município, assegurando a respetiva integração;
  - d) Propor e executar a política municipal no âmbito do atendimento multicanal ao munícipe;



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- e) Promover a implementação de medidas de normalização e simplificação da documentação municipal, designadamente, requerimentos, minutas e notificações;
  - f) Praticar os atos previstos no *Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público e Publicidade*, salvo os que se insiram nas competências delegadas e subdelegadas pelo presente despacho noutros Vereadores;
  - g) Supervisionar a aplicação do *Regulamento Municipal de Horários de Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais*;
  - h) Autorizar termos de abertura e encerramento em livros sujeitos a essa formalidade, no âmbito das funções atribuídas, designadamente livros de notas de notariado;
  - i) Conceder autorização para o exercício de atividades ruidosas temporárias, nos termos do artigo 15.º do *Regulamento Geral do Ruído*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na redação atual;
  - j) Licenciar a instalação de recintos itinerantes e improvisados e determinar a realização das vistorias que reputar, nesse âmbito, necessárias;
  - k) Supervisionar o tratamento e gestão de reclamações, sugestões e elogios;
- 3. Em matéria de apoio jurídico, contraordenações e execuções fiscais:**
- a) Supervisionar a tramitação dos processos em contencioso e autorizar o pagamento das respetivas custas e demais encargos;
  - b) Instaurar processos de contraordenação, nomear os respetivos instrutores, promover a instrução dos processos instaurados e aplicar coimas e sanções acessórias, bem como praticar todos os demais atos decisórios inerentes ao processo contraordenacional, nomeadamente, em matéria de pagamentos voluntários, pagamentos em prestações, decisões sobre recursos ou impugnações, arquivamentos ou cobrança judicial de coimas e custas;
  - c) Instaurar processos de execução fiscal e cobrança coerciva de dívidas, e realizar todos os atos a estes respeitantes, nos termos da Lei Geral Tributária e do Código de Procedimento e Processo Tributário;
- 4. Em matéria de património, aprovisionamento e cadastro:**
- a) Proceder aos registos prediais, fiscais ou de qualquer natureza, do património imobiliário, mobiliário ou incorpóreo do Município;



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- b) Supervisionar a elaboração e atualização do cadastro e o inventário dos bens móveis e imóveis do Município, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação;
  - c) Coordenar o sistema de gestão centralizada de aprovisionamento de bens móveis e serviços do Município, promovendo a celebração de acordos quadro, se necessário, bem como assegurar a articulação do Município com a Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra;
- 5. Em matéria de contabilidade e finanças:**
- a) Promover e coordenar a elaboração do orçamento, respetivas revisões e alterações;
  - b) Coordenar a execução financeira do plano e do orçamento;
  - c) Submeter a Norma de Controlo Interno, o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação, e ainda os documentos de prestação de contas à aprovação da Câmara Municipal;
- 6. Em matéria de modernização administrativa e qualidade:**
- a) Garantir a implementação de medidas de modernização administrativa;
  - b) Supervisionar o sistema de gestão de qualidade;
  - c) Supervisionar o plano de auditorias internas;
- 7. Na área da Saúde:**
- a) Propor e dinamizar as políticas municipais na área da promoção da saúde;
  - b) Assegurar a cooperação com as autoridades de saúde e outros intervenientes institucionais, designadamente as entidades prestadoras de cuidados de saúde;
- 8. Garantir a implementação do processo de orçamento participativo, promovendo uma governação mais participada e de maior proximidade entre o município e os cidadãos do concelho;**
- 9. Autorizar a realização de despesas e inerentes procedimentos de contratação pública, na sequência de cabimento prévio e verificação de fundos disponíveis, até ao limite de 95.000 euros, com as restrições previstas na Norma de Controlo Interno, bem como exercer, no âmbito dos referidos procedimentos, as competências conferidas pelo Código dos Contratos Públicos ao órgão competente para a decisão de contratar, à entidade adjudicante e ao contraente público, incluindo as peças dos procedimentos de formação dos contratos, a adjudicação, a aprovação das minutas de contratos e a outorga dos mesmos, a decisão das impugnações administrativas,**





## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

bem como demais competências inerentes à fase de formação e à fase de execução dos contratos.

### Vereador Jorge Manuel Maranhas Alves

#### **1. Em matéria de educação e ação social:**

- a) Elaborar e propor as políticas municipais de educação;
- b) Supervisionar a gestão dos recursos humanos dos estabelecimentos de educação e ensino;
- c) Propor o apoio ou a participação no apoio à ação social escolar e às atividades complementares no âmbito de projetos educativos e garantir a respetiva execução;
- d) Supervisionar a gestão do parque escolar;
- e) Promover e coordenar a execução e/ou revisão da Carta Educativa;
- f) Supervisionar a gestão e organização dos transportes escolares;
- g) Programar e promover a realização de obras de construção e de conservação de estabelecimentos de ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico;
- h) Representar o Município no Conselho Municipal Educação de Coimbra;
- i) Representar o Município no Conselho Local de Ação Social de Coimbra;
- j) Elaborar e propor as políticas municipais de ação social, de promoção da igualdade e da cidadania;
- k) Promover a implementação dos atos decorrentes do *Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios na Área Social* e acompanhar a sua execução;

#### **2. Em matéria de Polícia Municipal, Bombeiros e Proteção Civil:**

- a) Assegurar o exercício das competências cometidas ao Serviço de Polícia Municipal e coordenar a ação entre a polícia municipal e as forças de segurança e a necessária cooperação entre ambas;
- b) Supervisionar o exercício das competências da Companhia de Bombeiros Sapadores;

#### **3. Coadjuvar o Presidente da Câmara Municipal no Conselho Municipal de Segurança, e substituí-lo nas suas faltas e impedimentos;**

#### **4. Coadjuvar o Presidente da Câmara no Serviço Municipal de Proteção Civil, e substituí-lo nas suas faltas e impedimentos;**

#### **5. Garantir e apoiar o funcionamento da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, no âmbito das atribuições do Presidente da Câmara e substituí-lo nas suas faltas e impedimentos;**





## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

6. Autorizar a realização de despesas que respeitem às áreas funcionais atribuídas, inerentes a procedimentos de contratação pública, na sequência de cabimento prévio e verificação de fundos disponíveis, até ao limite de 5.000 euros, com as restrições previstas na Norma de Controlo Interno, bem como exercer, no âmbito dos referidos procedimentos, as competências conferidas pelo Código dos Contratos Públicos ao órgão competente para a decisão de contratar, à entidade adjudicante e ao contraente público, incluindo a aprovação dos projetos e das peças dos procedimentos de formação dos contratos, a adjudicação, a aprovação das minutas de contratos e a outorga dos mesmos, a decisão das impugnações administrativas, bem como demais competências inerentes à fase de formação e à fase de execução dos contratos.

### Vereadora Carina Gisela Sousa Gomes

#### 1. Em matéria de ação cultural, espaços culturais municipais e turismo:

- a) Planear, propor e promover a programação e a realização de atividades de natureza cultural de interesse público municipal;
- b) Coordenar e desenvolver parcerias com entidades públicas e privadas com vista à dinamização de atividades culturais;
- c) Promover a celebração de contratos-programa de desenvolvimento cultural e supervisionar a sua execução;
- d) Promover a edição e a publicação dos anais do Município ou documentos de outra natureza que salvaguardem e perpetuem a história do Município;
- e) Promover ações de apoio e de dinamização de movimentos associativos nas áreas da cultura;
- f) Promover o desenvolvimento de atividades artesanais, de manifestações etnográficas e a realização de eventos relacionados com a atividade cultural municipal;
- g) Supervisionar a gestão e dinamização dos espaços culturais, museológicos e das bibliotecas municipais;
- h) Supervisionar a *equipa de projecto do Convento São Francisco* e gerir a utilização deste equipamento;
- i) Praticar os atos necessários à administração corrente e à conservação do património do Município, no âmbito das funções atribuídas, em especial do património cultural e museológico do Município;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA**

- j) Promover a política municipal de promoção cultural e turística de Coimbra e sua região;
  - k) Propor e executar medidas e atividades dinamizadoras da promoção turística do Município;
  - l) Promover e supervisionar o estabelecimento de parcerias com outras entidades públicas ou privadas visando o desenvolvimento turístico do Município;
- 2. Em matéria de juventude:**
- a) Estabelecer os objetivos municipais para a área da juventude, em parceria ou não com outras entidades públicas ou privadas;
  - b) Propor e executar atividades dirigidas à população jovem do Município;
  - c) Representar o Município no Conselho Municipal de Juventude;
- 3. Autorizar a realização de despesas que respeitem às áreas funcionais atribuídas, inerentes a procedimentos de contratação pública, na sequência de cabimento prévio e verificação de fundos disponíveis, até ao limite de 5.000 euros, com as restrições previstas na Norma de Controlo Interno, bem como exercer, no âmbito dos referidos procedimentos, as competências conferidas pelo Código dos Contratos Públicos ao órgão competente para a decisão de contratar, à entidade adjudicante e ao contraente público, incluindo a aprovação dos projetos e das peças dos procedimentos de formação dos contratos, a adjudicação, a aprovação das minutas de contratos e a outorga dos mesmos, a decisão das impugnações administrativas, bem como demais competências inerentes à fase de formação e à fase de execução dos contratos.**

### **Vereador Francisco José Pina Queirós**

- 1. Em matéria de habitação e de gestão do parque habitacional municipal:**
- a) Promover, supervisionar e dinamizar as políticas municipais para a habitação a preços controlados, incluindo as matérias relacionadas com situações de carência habitacional;
  - b) Determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético de edifícios habitacionais ou com uso habitacional;
  - c) Nomear os técnicos para efeitos da vistoria prévia à determinação das obras referidas na alínea anterior;
  - d) Propor a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas;



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- e) Promover a realização de vistorias em edifícios de habitação nos termos do regime jurídico das obras em prédios arrendados;
- f) Determinar o nível de conservação de prédio urbano habitacional ou fração autónoma, para efeitos do exercício dos poderes previstos no art.º 89º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação;
- g) Supervisionar os atos administrativos instrutórios da decisão final em matéria de atribuição de habitações municipais, nos termos legais e regulamentares;
- h) Promover e assegurar a realização de intervenções municipais de conservação, construção ou reconstrução em património habitacional municipal, desde que os valores de despesa respeitem os limites delegados;
- i) Propor a resolução de contratos de arrendamento e o despejo;

### **2. No âmbito do Serviço Médico Veterinário:**

- a) Praticar todos os atos necessários à proteção da saúde pública e do bem-estar animal, no âmbito das competências municipais;
- b) Promover a política municipal de promoção da adoção responsável e voluntária de animais de companhia;
- c) Supervisionar o funcionamento do Centro Municipal de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Coimbra;
- d) Proceder à captura, alojamento e abate dos canídeos e gatídeos;
- e) Decidir sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos;

### **3. Autorizar a realização de despesas que respeitem às áreas funcionais atribuídas, inerentes a procedimentos de contratação pública, na sequência de cabimento prévio e verificação de fundos disponíveis, até ao limite de 5.000 euros, com as restrições previstas na Norma de Controlo Interno, bem como exercer, no âmbito dos referidos procedimentos, as competências conferidas pelo Código dos Contratos Públicos ao órgão competente para a decisão de contratar, à entidade adjudicante e ao contraente público, incluindo a aprovação dos projetos e das peças dos procedimentos de formação dos contratos, a adjudicação, a aprovação das minutas de contratos e a outorga dos mesmos, a decisão das impugnações administrativas, bem como demais competências inerentes à fase de formação e à fase de execução dos contratos.**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA**

**IV – As competências ora delegadas e subdelegadas abrangem a prática de todos os atos próprios à determinação do início dos procedimentos respetivos, à nomeação dos responsáveis pela direção dos procedimentos quando for o caso, à realização de atos instrutórios, notificações e ainda à prática de outros atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício das competências decisórias.**

**V – Ficam ratificados todos os atos praticados pelos Vereadores acima mencionados desde a data do despacho da sua nomeação para exercer funções em regime de permanência, no âmbito das matérias e competências delegadas e subdelegadas, nos termos dos n.ºs 3 e 5, do artigo n.º 164.º do CPA.**

**VI – Em todos os atos administrativos em que se faça uso dos poderes conferidos no presente despacho, o delegado ou subdelegado do Presidente da Câmara Municipal deve mencionar expressamente essa qualidade conforme estabelecido no artigo 48.º do CPA.**

**VII – Para os devidos efeitos se declara que as competências delegadas ou subdelegadas, poderão ser avocadas a todo o momento pelo delegante, nos termos da lei.**

**VIII – Em cumprimento do disposto no artigo 50.º do CPA ficam revogadas as disposições anteriores em contrário.**

Ao DAG. Registe-se e publique-se nos termos do disposto no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013 e no artigo 159.º do CPA, por Edital a afixar nos lugares do uso e costume, publicite-se no sítio oficial do Município da internet, dê-se conhecimento à Câmara Municipal e divulgue-se pelos serviços para os devidos e legais efeitos.”



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Para os devidos e legais efeitos emite-se e publica-se o presente Edital que vai assinado e devidamente autenticado com selo branco e outros de igual teor que serão afixados no Átrio dos Paços do Concelho, na página eletrónica oficial do Município, ([www.cm-coimbra.pt](http://www.cm-coimbra.pt)) e demais lugares do uso e costume.

Registe-se e publique-se.

Paços do Município, 27 de novembro de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

(Manuel Augusto Soares Machado, Dr.)

Min:PS

Dact:PS

Conf: AM

Serviço Emissor: DAAOM